TATIANE DE SOUZA PRADO

RESUMO

Por meio deste trabalho, veremos que as modificações na história da educação ocorreram a partir de mudanças econômicas e políticas da estrutura social. Com o passar do tempo, como demonstra a história, encontramos diferentes concepções de infância. A criança era vista como um adulto em miniatura, e seu cuidado e educação eram realizados somente pela família, em especial pela mãe. Havia algumas instituições alternativas que serviam para cuidado das crianças em situações prejudicadas ou quando rejeitadas. A concepção de infância, até este momento, baseado no abandono, pobreza, favor e caridade, neste sentido era ofertado um atendimento precário às crianças; havia ainda grande número de mortalidade infantil, devido ao grande risco de morte pós-natal e às péssimas condições de saúde e higiene da população em geral. Em virtude dessas decorrências e dessas condições uma criança que morria era logo substituída por outra em sucessivos nascimentos, pois na época ainda não havia, como hoje existe, o sentimento de cuidado, ou paparicação, pois as famílias, naquela época, entendiam que a criança que morresse não faria falta e qualquer outra poderia ocupar o seu lugar.

Palavras-chave: Educação; Crianças; História.

INTRODUÇÃO

O período da infância era minimizado a seu período mais frágil, enquanto a criança ainda não conseguia bastar-se; ficava no seio da família, porém, mal adquiria algum desembaraço físico, era logo introduzida no meio dos adultos, compartilhando de todos os seus trabalhos e jogos. De uma criança inocente e pequena, está se transformava rapidamente em um jovem, deixando passar as etapas da infância.

A transferência de valores e dos conhecimentos, e de modo mais amplo, a socialização da criança, não era, portanto de nenhuma forma assegurada nem direcionada pela família. Esta criança se distanciava rapidamente de seus pais, e podemos dizer que durante muitos séculos a educação e a aprendizagem foi garantida graça a convivência da criança ou do jovem com outros adultos. Neste sentido a criança era inserida em meio aos adultos para aprender as coisas que devia saber ajudando os adultos a fazerem-nas.

Neste sentido na visão do autor, no momento que a criança possuía pouca dependência, em média pelos aos cinco ou sete anos, mostrava-se que já estava preparada para entrar na vida adulta em todos seus aspectos. A criança era considerada um adulto em miniatura, pois eram designadas tarefas iguais as das pessoas mais velhas e todos os tipos de assuntos eram conversados na sua frente. A partir deste momento a criança era enviada para viver com outras famílias para desta forma aprender os trabalhos domésticos e os valores. Porém, com essa separação o sentimento ficava dissolvido.

Naquela época, a criança era levada à aprendizagem através da prática. Os trabalhos domésticos não eram considerados humilhantes, era constituído como uma maneira comum de inserir a educação tanto para os mais abastados, como para pobres. Porém pelo fato de a criança sair muito cedo do seio da família, fazia com que ela escapasse do controle dos pais, mesmo que um dia voltasse a ela, tempos mais tarde, depois de adulta, o vínculo primordial havia se quebrado.

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DA LUDICIDADE NO BRASIL

Segundo os estudos de Kuhlmann (1998), a primeira creche foi inaugurada em 1889 ao lado da Fábrica de Tecidos Corcovado, no Rio de Janeiro. Neste ano, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro criou a rede assistencial expandindo-se por todo Brasil. Representando assim uma instituição filantrópica e uma organização racional do assistencialismo, neste sentido substituição a caridade. Eram instituições, de cunho religioso, não havia propostas formais de instrução pra as crianças, porém tinham atividades voltadas para o canto, as rezas, as passagens bíblicas, aos exercícios de leitura e também à escrita, no intuito de instruir às crianças atendidas, a um bom comportamento.

Segundo (Oliveira, 2002) no Brasil, até a primeira metade do século XIX, não havia nenhuma instituição apropriada para receber as crianças, essa incumbência era papel somente das famílias, que deveriam cuidar de seus filhos assim como também educá-los. Porém com a inclusão da mulher no mercado de trabalho passou o papel de educar e cuidar das crianças para as creches.

Neste sentido Kuhlmann (1998) afirma que, a roda dos expostos ou roda dos excluídos, iniciaram-se mesmo antes das instituições creches. Esse nome e dado pelo fato que os bebês abandonados eram deixados em local composto por uma forma cilíndrica, que tinha uma divisória e era fixada nas janelas da determinada instituição ou mesmo das casas de misericórdia que havia.

Por mais de um século a roda de expostos foi a única instituição de assistência à criança abandonada no Brasil e, mesmo com vários pensamentos contrários a esta instituição por parte de um determinado segmento da sociedade, somente no século XX, mais ou menos por volta de 1950, o Brasil a extinguiu, sendo o último país a fazê-lo.

Para Kuhlmann (2000) embora as creches e pré-escolas para os menos favorecidos ficaram fora dos órgãos educacionais, as suas mútuas relações se aplicaram, pelos próprios meios das instituições. Em São Paulo, desde dezembro de 1920, a legislação antecipou a instalação de Escolas Maternais, tendo como finalidade o cuidado para os filhos dos operários, preferivelmente perto das fábricas que ofertasse um espaço e a alimentação das crianças. Poucas empresas disponibilizaram este atendimento para os filhos de suas funcionárias, porém as que ofereciam este atendimento faziam desde o berçário.

Kuhlmann (2000) afirma que alguns fatores, como a mortalidade infantil, a desnutrição generalizada, entre outros, foram determinantes, para que alguns setores da sociedade, entre eles os religiosos, os empresariais e educacionais, pensassem em um ambiente para que pudessem oferecer cuidados para criança longe do ambiente familiar. De forma que foi a partir desta preocupação, que a criança começou a ser vista pela sociedade, por um sentimento filantrópico, de caridade, assistencial e que começou a ser atendida fora da família.

Neste sentido as creches foram criadas, devido a muitos fatos ocorridos, um deles foi o processo da inserção. De industrialização no país, e também pela inserção da mão-de-obra da mulher no mercado de trabalho, assim como a chegada dos imigrantes europeus no Brasil, desta forma, os movimentos operários ganharam força. Este movimento começou a se organizar em centros urbanos mais desenvolvidos e industrializados e reivindicaram melhoria nas condições de trabalho; entre estas, pediram a criação de instituições de educação e cuidados para seus filhos.

Segundo Kramer (2005), a revolução de 1930, o crescimento da indústria, e a migração resultante do êxodo da zona rural "fenômeno da urbanização", são fatores que contribuíram para que surgissem órgãos administrativos e burocráticos para o atendimento infantil. As instituições públicas foram criadas para atender as crianças carentes, visando apenas o cuidar e o assistencialismo, enquanto as privadas agregavam propostas de cunho pedagógico. Contudo, neste contexto podemos observar que as crianças de diferentes níveis sociais eram vistas de formas diferenciadas, pois as classes menos favorecidas eram atendidas com uma proposta de trabalho que focava somente o cuidar com uma ideia de carência, enquanto as outras das classes sociais mais abastadas recebiam um enfoque maior para a sua a educação tendo como foco desenvolver a criatividade e a sociabilidade infantil.

A princípio, as instituições infantis como a creches e pré-escolas tinham um cunho assistencialista, visavam somente o guardar e o cuidar da criança na falta da família. Essa concepção entendia a criança como um ser fraco, delicado, desprotegido e completamente dependente. Os profissionais não tinham qualificação, sua atuação era simplificada somente para os cuidados básicos de higiene e regras de bom comportamento.

Segundo Kuhlmann (2000) as instituições de Educação Infantil cujo atendimento específico era somente para as crianças de 0 aos 06 anos, tinham um olhar voltado somente para o atendimento médico e para o assistencial, ou seja, somente visavam o cuidado e a higiene das crianças. Essa concepção durou por um longo período no Brasil.

De acordo com Kuhlmann (2000) as primeiras creches do país surgiram no Rio de Janeiro, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância que deu início a uma rede assistencial que se expandiu por vários lugares do Brasil, portanto, fica claro que as instituições de educação infantil surgiram com caráter exclusivamente voltado para o assistencialismo. A infância não era reconhecida em sua essência, a preocupação era somente suprir suas necessidades de cuidados sem um enfoque maior para seu desenvolvimento intelectual. O entendimento sobre a infância na educação Infantil foi se construindo social e historicamente. A inserção concreta das crianças e seus papéis variam com as formas de organização da sociedade. Em 1923, houve um aumento na demanda de creches, neste momento as autoridades governamentais perceberam o grande número de mulheres nas indústrias, dessa forma, pressionaram as indústrias a reconhecerem o direito a amamentação, e assim se expandiu para o setor de comércio, provocando a expansão de muitas creches. Esta situação então colaborou para que, em 1932, o trabalho feminino fosse regulamentado.

Conforme os registros de Faria (1999), já existia uma Inspetoria de Higiene Infantil desde 1923, porém somente em 1934 se criou uma Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância, sendo esta de caráter somente assistencial, sendo chamada, em 1937, de Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância. Desta forma algumas creches começaram a ser chamadas de berçários, neste sentido estavam abertas para crianças de 0 a 2 anos, o maternal para a faixa etária de 2 a 4 anos e o jardim de infância para crianças de 4 e 5 anos de idade. Em 1940, inaugurou-se o Departamento Nacional da Criança, no ano de 1942, foi apresentado para a sociedade um plano que visava implantar uma instituição única para a assistência à infância, que foi denominada a "Casa da Criança" um ambiente

na qual funcionavam, o berçário, o maternal, o jardim e a pré-escola. Faria (1999) aponta que, aconteceram a partir da década de 1930 várias iniciativas com relação à Educação Infantil. Em São Paulo, por exemplo, em 1935, sob a direção de Mário de Andrade, no Departamento de Cultura, foi iniciado um projeto de "Parques Infantis" para alguns grupos organizados com crianças de 3 anos, ou grupos com crianças de 4 a 5 anos, ou mesmo com crianças maiores de 6 anos depois do horário escolar. Após vinte anos, ocorreram muitas mudanças no contexto Educacional infantil, porém foi mais precisamente em 1961, após mais de uma década de lutas intensas, debates e disputas políticas, o Congresso Nacional aprovou a Lei n. 4.024 de 20 de novembro de 1961, que proporcionou uma grande reforma para a educação brasileira.

Freitas (2003) descreve que em 1971, por causa das dificuldades da ditadura, houve a aprovação de uma reforma educacional, a Lei 5692/11 de agosto de 1971, que reestruturou o ensino primário. Segundo o autor, esta nova lei, e as mudanças ocorridas, foi uma "tragédia" para a Educação Infantil, pois ela retirou dos governos as obrigações escolares relacionadas às "crianças pequenas". Foi na década de 1970, militares, grupos esses que sustentavam política e economicamente a ditadura e vários sistemas internacionais dividiam opiniões sobre a pobreza.

Freitas (2003) salienta que eles declaravam que a pobreza era prejudicial, pois poderia desenvolver problemas sociais se não fosse atendida e que, entre a vida dos pobres, o atendimento ao cuidar das crianças seria uma forma de prevenção dos problemas sociais e, também, uma forma continuar liberando as mães para o trabalho.

Para Campos, Rosemberg e Ferreira (1993), em 1942, através do governo federal foram criadas a Legião Brasileira de Assistência a LBA, que se tornou responsável por executar as políticas sociais da infância entre outros assuntos que se relacionavam às famílias. Passando a se unir com as creches dos setores industriais e empresas privadas.

No início do século XX, segundo Aranha (2006), o governo assumiu a responsabilidade de zelar pelos filhos dos trabalhadores. Com o movimento da escola nova o atendimento à criança, até então era assistencial médico, passou também a ser visto como atendimento psicológico educativo. Os jardins da infância são criados a partir das creches existentes. Pois até este momento o atendimento à criança não se pautava por nenhum princípio pedagógico e não havia nenhuma participação do poder público nesse nível de ensino.

Aranha (1998), descreve que o atendimento das crianças antes da educação elementar, teve início no século XIX com a proposta do educador alemão Froebel, que propôs uma Educação voltada à sensibilidade, baseada na utilização de jogos e materiais didáticos, os quais deveriam traduzir por si a crença em uma educação que atendesse a natureza infantil. Ele foi o fundador do primeiro jardim de infância, que tinha uma proposta pedagógica para as crianças, privilegiando a ludicidade, pois acreditava que a criança aceitaria mais aprender brincando. A pedagogia Froebeliana surgiu no Brasil por volta do final do século XIX por meio de muitas críticas, como sendo uma pedagogia que fundava espaços para guardar as crianças, porém também obteve muitos elogios. Foi apresentada juntamente com o Movimento das Escolas Novas devido à influência dos Estados Unidos e da Europa.

Segundo Kuhlmann (2000), as mudanças da educação brasileira sofreram influências do movimento Escola Nova, provocando um aumento do debate sobre a preparação da infância. Num contexto histórico de transformações socioeconômicas, começaram a ser pensada no país a elaboração de uma proposta nacional para atendimento educacional da infância, que até aquele momento era fundamentada na educação europeia.

Para Sousa (2000), a educação infantil foi organizada oficialmente no início dos anos 1980, através do III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto, que procurou programar uma educação que atendesse com qualidade, partindo do princípio do direito da criança e da mãe a um atendimento de qualidade. Empresas privadas laicas e também as religiosas, investiram no setor.

De acordo com Costa (2000) a palavra lúdica vem do latim ludus e significa brincar. Neste brincar estão incluídos jogos, brincadeiras e brinquedos e é relativa à conduta daquele que joga brinca e se diverte.

Segundo Almeida (2008) o lúdico é qualquer atividade que nos dar prazer ao executa- lá. Através do lúdico a criança aprende a ganhar, perder, conviver, esperar sua vez, lidar com as frustrações, conhecer e explorar o mundo. As atividades lúdicas têm papel indispensável na estruturação do psiquismo da criança, é no ato de brincar que a criança desfruta elementos da realidade e fantasia, ela começa a perceber a diferença do real e do imaginário. É através do lúdico que ela desenvolve não só a imaginação, mas também fundamenta afetos, elabora conflitos, explora ansiedades à medida que assume múltiplos papeis, fecunda competências cognitivas e interativas.

Almeida (2008) afirma que os jogos contribuem de forma prazerosa para o desenvolvimento global das crianças, para inteligência, para a efetividade, motricidade e também sociabilidade. Através do lúdico a criança estrutura e constrói seu mundo interior e exterior. As atividades lúdicas podem ser consideradas como meio pelo qual a criança efetua suas primeiras grandes realizações. Através do prazer ela expressa a si

própria suas emoções e fantasias.

Como afirma Lima (1992) o lúdico é um instrumento de instigação prática utilizada em qualquer etapa no desenvolvimento da psicomotricidade é uma forma global de expressão que envolve todos os domínios da natureza. Apresenta grandes benefícios do ponto de vista intelectual, físico, social e didático para criança. A brincadeira desenvolve a criatividade e a espontaneidade da criança.

Para Goldchmied e Jackson (2006) a criança começa a brincar logo nos primeiros meses de vida, primeiramente com seu próprio corpo. A iniciação ao ato lúdico acontece de forma espontânea, e através do incentivo pelos adultos que interagem com o bebê, através de brincadeiras, cantigas, conversas, brinquedos variados e de diferentes cores. A seguir a criança brinca de esconde-esconde com a sua própria fraldinha ou até mesmo com suas mãos escondendo seu rosto, começa a manusear diversos objetos, imita os gestos dos adultos, expressões, bate palminha e também começa a interagir com outras crianças. As crianças expressam emoções, sentimentos e pensamentos, ampliando a capacidade do uso significativo de gestos e posturas corporais.

No século XX entre as décadas de 20 e 30, estudiosos como Piaget e Vygotsky identificaram a importância do ato de brincar no desenvolvimento integral da criança pois ela se apropria do conhecimento através da brincadeira, possibilitando a sua ação no meio em que vive.

Segundo Kishimoto (1990), quando a criança brinca, a criança entende o mundo à sua maneira, sem engajamento com a realidade, pois sua interação com o objeto não depende da natureza do objeto, mas da função que a criança lhe atribui.

Piaget (1990), afirma que as atividades lúdicas fazem parte da vida da criança, entre outras atividades lúdicas, estão os jogos. Piaget identifica três tipos de jogos: jogos com regra, jogos exercícios e jogos simbólicos.

Vygotsky (2009), considera que a brincadeira é uma atividade social da criança. Através dos jogos, a criança adquire princípios essenciais para a estruturação de sua personalidade e percepção do seu contexto social. Vygotsky explica que através de uma conduta imaginária surge a possibilidade da criança dirigir seu comportamento, isso ocorre não apenas pela percepção imediata dos objetos, mas também colocar nessa situação. Desta forma a criança estabelece regras de comportamento no seu cotidiano em situações imaginárias, na evolução do processo da brincadeira podem seguir regras explícitas ou não.

Bomtempo (2007), observa que para Vygotsky, o brincar tem sua origem na situação imaginária criada pela criança, nas quais as vontades irrealizáveis podem ser realizadas. A função do brincar é ao mesmo tempo, construir uma maneira de acomodar a conflitos e frustrações da vida real. Para Piaget (1990), o brincar retrata uma etapa do desenvolvimento da inteligência, marcada pelo domínio da assimilação sobre a acomodação, tendo como função consolidar a experiência vivida.

Afirma Bomtempo (1997) que a partir das abordagens de Piaget e Vygotsky, compreende-se a necessidade da incorporação de jogos, brincadeiras e brinquedos na prática pedagógica, é um recurso rico que pode contribuir para o desenvolvimento infantil. A intervenção do professor é fundamental no processo de ensino aprendizagem, além da interação social ser importante para a aquisição do conhecimento.

Kishimoto (2003), considera o jogo uma atividade lúdica relevante no processo educativo, pois a sua finalidade no ambiente escolar traz muitos benefícios para o processo de ensino-aprendizagem. O jogo é um estímulo natural e influência no processo de desenvolvimento dos esquemas mentais. Seus benefícios permitem a integração de várias ações como: a afetiva, a social motora, a cognitiva, a social e a afetiva. Existem algumas considerações sobre a função lúdica e educativa do brinquedo. A função lúdica do brinquedo promove prazer, diversão e até mesmo desprazer, quando escolhido voluntariamente, com função educativa o brinquedo ensina qualquer coisa que complete ao indivíduo em seu saber, seus conhecimentos e sua apreensão do mundo.

Segundo Almeida (1995) educar ludicamente não é jogar lições empacotadas para educando aplicar passivamente, educar ludicamente é um ato consciente e planejado, é tornar o sujeito feliz, é seduzir os seres humanos ao prazer de conhecer, é resgatar o verdadeiro sentido da palavra ¨escola¨ lugar de alegria, prazer, satisfação, prazer intelectual e desenvolvimento. Para que o educador atingir esse meio é necessário que o educador repense sobre a sua prática pedagógica, se suas ferramentas pedagógicas estão alcançando objetivos e metas.

Almeida (1995) afirma que a escola e principalmente a Educação Infantil devem usar o lúdico amplamente para atuar no desenvolvimento e na aprendizagem da criança. Para manter um equilíbrio com o mundo a criança precisa criar, inventar e brincar, com as atividades lúdicas, jogos e brincadeiras. Desta forma a criança desenvolve seu raciocínio e conduz seu conhecimento de forma descontraída e espontânea.

A teoria froebeliana, ao considerar o brincar como uma atividade espontânea da criança, concebe suporte para o ensino e permite a variação do brincar, ora como atividade livre, ora orientada. As concepções froebeliana de educação, homem e sociedade estão intimamente vinculados ao brin-

car. Froebel introduz o brincar para educar e desenvolver a criança; sua teoria metafísica pressupõe que o brincar permite o estabelecimento de relações entre os objetos culturais e a natureza, unificado para o mundo espiritual. Assim, o brincar como atividade livre e espontânea, é responsável pelo desenvolvimento físico, moral, cognitivo, os dons ou brinquedos, objetos que subsidiam atividades infantis. Entende também que a criança necessita de orientação para o seu desenvolvimento, perspicácia do educador levando-a a compreender que a educação é um ato institucional que requer orientação.

A brincadeira é uma atividade espiritual mais pura do homem neste estágio e, ao mesmo tempo, típico da vida humana enquanto todo – da vida natural/interna do homem e de todas as coisas. Ela dá alegria, liberdade, contentamento, descanso externo e interno, e paz com o mundo.

Conforme Kishimoto (2009), a criança ao brincar e jogar, se envolve com a brincadeira, se entusiasma, que coloca na ação seu sentimento e emoção. Pode-se dizer que a atividade lúdica funciona como um elo integrado entre os aspectos motores, cognitivos, afetivos e sociais, portanto a partir do brincar desenvolvem-se a facilidade para a aprendizagem, o desenvolvimento social, cultural e pessoal e contribui para uma vida saudável, física e mental. Também é possível enxergar nele um pouco de representação do real no momento em que a criança elege como um substituto do objeto utilizando nas ações reais do dia a dia tornando-se, em alguns momentos, um representante da realidade.

Ao brincar a criança também adquire a capacidade da simbolização permitindo que ela possa vencer realidades angustiantes e domar medos instintivos. O brincar é um impulso natural da criança, que aliado à aprendizagem tornar-se mais fácil à obtenção do aprender devido à espontaneidade das brincadeiras através de uma forma intensa e total. O mundo infantil é diferente do mundo adulto, nele podemos encontrar o faz de conta, o mundo da fantasia, sonhar e descobrir. Por meio das brincadeiras, que é uma ação comum da infância, a criança tem a oportunidade de se conhecer e de se constituir-se socialmente.

Para Kishimoto (2009), a brincadeira, o jogo, e o brinquedo, as atividades lúdicas devem se fazer presentes como recursos didáticos no processo educacional, principalmente na Educação Infantil, e as séries iniciais.

Compreender esse universo lúdico tornar-se indispensável para o bom desenvolvimento do trabalho pedagógico efetivado pelo professor que é o mediador destas ações. O jogo educativo é essencial, pois possibilita a criança uma aprendizagem através das vivências, por meio das quais podem experimentar sensações e explorar as possibilidades de movimentos do seu corpo e do espaço adquirindo um saber globalizado a partir de situações concretas.

A atividade lúdica é um instrumento que possibilita que as crianças aprendam a relacionar-se com outras crianças, promove o desenvolvimento da linguagem e da concentração consequentemente gera uma motivação a novos conhecimentos. O eixo da infância é o brincar, sendo um dos meios para o crescimento, e por ser um meio dinâmico, o brinquedo oportuniza o surgimento de comportamentos, padrões e normas espontâneas. Caracteriza-se por ser natural, viabilizando para a criança há uma exploração do mundo exterior e interior.

A brincadeira caracteriza-se por sua organização e pela utilização de regras; a brincadeira é uma atividade que pode ser tanto coletiva quanto individual, onde as existências das regras não limitam a ação lúdica, a criança pode modificá-la, quando desejar, incluir novos membros, retirar e modificar as próprias regras, ou seja, existe uma liberdade da criança agir sobre ela. Para a autora, a brincadeira se constitui em uma atividade em que as crianças, sozinhas ou em grupo, procuram entender o mundo e as ações humanas nas quais estão inseridas no seu dia a dia

Após os humanistas do renascimento, por volta do século XVII ao perceber que os jogos e brincadeiras contribuíam para Educação, começaram a utilizá-los como maneira de conservar a moralidade das crianças, que até então eram considerados, “adulto em miniatura”, a partir daí começaram a proibir aqueles jogos que considerados inapropriados para as crianças e orientar os que consideravam bons.

Ainda conforme Wajskop (2009), alguns pesquisadores como Comenius, Rousseau e Pestalozzi, influenciaram para o reconhecimento da infância. Fundamentando-se numa concepção idealista e defensora da criança proporcionaram uma educação dos sentidos, apoiando-se no uso de brinquedos e concentrada na recreação. Iniciaram, assim, a preparação por meios próprios para a educação infantil. A partir destas ideias é que se começou a observar a educação das crianças pequenas como portadoras de características específicas, deixando de ser considerada uma educação dos adultos em miniatura, como eram considerados até então. Wajskop (2009) afirma que: Os pesquisadores Comenius, Rousseau e Pestalozzi deram início a educação sensorial, usando os jogos e os materiais didáticos. Eles foram os primeiros pedagogos da educação pré-escolar a romper com a educação verbal e tradicionalista de sua época. Sugeriram a educação sensorial, tendo como base a utilização dos jogos e dos materiais didáticos, que teria que traduzir por si a crença em uma educação natural dos instintos infantis.

Segundo Kishimoto, apud Santos

(2009), Froebel foi o primeiro educador que apontou o uso do brincar no processo educativo. Seu olhar pedagógico associava o ato de brincar como um elo de suma importância para a educação. Entendendo que o brincar, pelo ato de brincar estimula os fatores físicos, moral e cognitivo, dentre outros, porém ele justifica, que também, seja importante a orientação do adulto para que ocorra o desenvolvimento da criança. Neste sentido as escolas adotaram suas teorias, percebendo o brincar como atividades orientadas e também livres. Os brinquedos passaram a ser vistos como base para a atuação do brincar nas escolas, possibilitando assim a obtenção de capacidades e saberes.

Wajskop (2009) afirma que Dewey, discípulo da Escola Nova, observava o ato de brincar como uma ação livre e natural. A brincadeira era observada como uma demonstração dos sentimentos, necessidades e interesses da criança. As convicções da Escola Nova ganharam intensidade no Brasil por volta da década de 20. Neste período os jogos também começaram a ser utilizados como forma de ensino.

Foi por volta das décadas de 60 e 70, no século XX que a psicologia do desenvolvimento e da psicanálise colaborou para que se observasse a infância como o período primordial do desenvolvimento do ser humano, destacando o papel da brincadeira na educação infantil.

Para Wajskop (2009), a brincadeira infantil pode se constituir em uma atividade em que as crianças sozinhas ou em grupo procurem compreender o mundo e as ações nas quais estão inseridas no seu dia a dia. É uma atividade predominantemente infantil, é a forma pela qual se começa aprender. A brincadeira aparece sempre como uma situação organizada, exigindo para aquele que brinca decisões que precisam ser tomadas, mesmo numa situação imaginaria, quando as crianças interagem com diferentes objetos atribuindo-lhes outros significados, existe a escolha constante por parte da criança. É uma característica importante que exerce influência no desenvolvimento do autocontrole da criança. Na perspectiva Histórico-Cultural elaborada por Vygotsky apud REGO (2013) e seus parceiros, a brincadeira evidencia um trabalho primordial no desenvolvimento dos processos psicológicos da criança. Ao debater a importância das brincadeiras no desenvolvimento da criança, o autor dá relevância significativa à brincadeira de faz de conta. A brincadeira de faz de conta tem grande privilégio em sua discussão sobre a importância papel do brinquedo no desenvolvimento da criança.

Para Rego (2013), a brincadeira obtém um papel extremante importante na formação da criança, no sentido que considera a meio social como maneira de aprendizagem do ser humano. Neste sentido, e no ato de brincar que a criança socializa seus pensamentos e produz situações imaginárias que introduz elementos do contexto cultural do qual faz parte.

Para Rego (2013), a criança quando nasce já está inserida em um contexto social, e a brincadeira torna-se um passo importantíssimo para que ela se aproprie do mundo, na internalização dos conceitos desse ambiente externo a ela. Neste sentido podemos entender que a brincadeira é algo muito importante para que a criança se desenvolva e o autor confirma essa afirmação, ao falar que o ato de brincar é uma atividade que incentiva a aprendizagem, pelo fato, de criar uma zona de desenvolvimento proximal na criança. A ideia de zona de desenvolvimento proximal demonstra também a relevância da mediação durante a brincadeira.

Wajskop (2009) afirma que, no ambiente das escolas de educação infantil esse assunto tem que ser bem analisado ao refletir na qualidade das brincadeiras a serem propostas naquele ambiente. É importante levar em consideração que tudo em volta da criança poderá de estimular e enriquecer as brincadeiras, ou o contrário. Pensar na mediação é algo imprescindível no momento de organização e também do comprar dos brinquedos, organizar a sala, brincar no parque, além da hora em que a professora vai conduzir uma brincadeira com os seus alunos.

Para Wajskop (2009), é imprescindível a garantia do espaço para o momento da brincadeira, dando direito de uma possibilidade de educação da criança em uma concepção criadora, voluntária e consciente. É no momento do brincar, que as crianças constroem a consciência do real, e também ao mesmo instante tem uma oportunidade de modificá-la. A brincadeira é um momento privilegiado da aprendizagem infantil onde o desenvolvimento pode atingir níveis mais sérios, precisamente através da probabilidade de interação entre as duplas em uma circunstância imaginária e pela negociação de regras de convivência e de conteúdos temáticos.

De acordo com Wajskop (2009), a brincadeira precisa abranger um espaço essencial na educação infantil, sabendo que o professor é a peça mais importante para ajudar que isso aconteça, partilhando das brincadeiras das crianças, é por meio das ações do professor, que a criança conseguirá adicionar às culturas e maneiras de vida dos adultos de modo criativo e social.

Percebe-se que, durante a idade em que a criança frequenta a Educação Infantil, a atividade de imitação e que faz por meio dos brinquedos e brincadeiras, deve ser considerada como uma das atividades guia do desenvolvimento infantil, que oportuniza para a criança realização de ações que estão longe de suas reais capacidades, contribuindo para a sua aprendizagem e aumentando a capacidade cognitiva infantil.

O incentivo de atividades que conceda o envolvimento da criança em brincadeiras, especialmente aquelas que favoreçam a elaboração de situações imaginárias, tem notória função pedagógica. A escola, particularmente a educação infantil deveriam se apropriar deliberadamente desse tipo de situações para intervir no processo de desenvolvimento infantil.

Durante a brincadeira a criança transforma qualquer objeto em outro, sem limitações, pois no momento da brincadeira, a criança estrutura hipóteses para a resolução de seus problemas e também consegue tomar decisões além do comportamento normal para a sua idade, é neste momento que acontece a transformação do significado dos objetos de acordo com suas vontades, sem haver preocupação em adaptar-se à realidade, desenvolvendo a sua identidade, pelo fato de vivenciar outras formas de ser e de refletir.

Para Rego (2013), ao brincar a criança começa a criar uma situação imaginária e desta forma que ela começa a satisfazer seus desejos não realizáveis. A criança brinca pela vontade de atuar em relação ao mundo mais extenso dos adultos e não apenas agir ao universo dos objetos no qual tem contato.

Kishimoto (2009) afirma que o brincar é uma ação na qual a criança deve agir livremente. O brincar pode surgir a qualquer hora, é a criança que tem que iniciá-la e conduzi-la, é necessário, dá prazer, não é preciso impor como condição, um produto final, ou seja, a brincadeira faz com que a criança relaxe, e aprenda regras, linguagens, também desenvolva habilidades, e a conduza ao mundo imaginário.

De acordo com Vygotsky (apud FONTANA E CRUZ, 2007) a brincadeira é essencial para ampliar o pensamento da criança, pois ela trabalha vários aspectos que contribuem no desenvolvimento emocional e cognitivo. Afirma ainda, que através da brincadeira, a criança atua nos objetos como adultos. Assim, as brincadeiras das crianças pequenas são caracterizadas pela imitação de ações do ser humano realizadas sobre os objetos. Sendo assim é indispensável salientar, portanto que a situação imaginária que a criança vive ao brincar, torna-se um prérequisito para que assim tornem-se conscientes das possíveis regras que existem nas brincadeiras.

Oliveira (2007) considera que aquilo que na vida real é comum e passa despercebida, na brincadeira vira regra e contribui para que a criança compreenda o universo próprio dos diversos papéis que representa.

Para Vygotsky (2013), é através do ato de brincar que a criança estabelece suas necessidades para se aproximar do mundo dos adultos. O autor ainda ressalta que ocorrem mudanças em seu desenvolvimento cognitivo e desta forma a criança torna-se preparada para aceitar novos componentes na brincadeira, obedecem às regras e constrói significado a objetos que lhe permitem realizar a mesma ação próxima do real.

Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), a brincadeira é uma das atividades essenciais para que ocorra o desenvolvimento da identidade e da autonomia da criança. É por meio da brincadeira que ela compreende, observa e interage com outras pessoas ampliando sua imaginação.

Porém quando usa a linguagem do faz de conta, a criança avança sua concepção sobre os objetos e as pessoas ao realizar diversos papéis sociais ou personagens, proporcionando um cenário no qual a criança é capaz de imitar a vida como também de transformá-la. A brincadeira é considerada um espaço pelo qual se pode observar o controle das experiências prévias das crianças e aquilo que os objetos manuseados insinuam ou estimulam no momento presente. Percebe-se que para a criança aprender formas diferentes de brincar, ela necessita obter contato com outras crianças, e com pessoas mais velhas em espaços variados, dentro e fora da instituição infantil.

Rego (2013) afirma que é na brincadeira, através da aproximação com as situações da realidade que a construção do desenvolvimento mental da criança vai se expandir e se transformar. Ao copiar um adulto, a criança procura na brincadeira as características do seu personagem e dá nova forma aos pequenos objetos em seres que completam o quadro de sua fantasia. É curioso analisar a maneira de brincar da criança e as imitações que ela faz com sua realidade e a organização de sua imaginação.

Para Rego (2013), é de extrema importância que as crianças possam usufruir determinados espaços na escola que permita o acontecimento dos mais variados tipos de brincadeiras, pois compreendemos que é por intermédio dos jogos e das brincadeiras que a criança aumenta sua curiosidade, atenção, autonomia, e sua capacidade de solucionar problemas. Tudo isso faz parte da aprendizagem da criança, e são primordiais para o desenvolvimento da particularidade da criança.

Vygotsky (apud WAJSKOP, 2009), afirma que, é por intermédio da brincadeira que a criança pode vencer seus limites e consegue viver experiências que vão mais adiante de sua idade e realidade, fazendo com que ela desenvolva sua consciência. Dessa maneira, é na brincadeira que se deve sugerir à criança desafios e questões que a façam refletir, propor soluções e resolver problemas.

Wajskop (2009) acredita que é através do brincar que as crianças conseguem aumentar sua imaginação, além de criar e respeitar regras de organização e convivência, que deverão, futuramente, ser usadas para

o entendimento da realidade. A brincadeira proporciona também o desenvolvimento do autoconhecimento, aumentando a autoestima, oportunizando o desenvolvimento físico-motor, também o raciocínio e a inteligência. É brincando que as crianças demonstram suas necessidades e desejos construídos em toda sua vida, brincar é de extrema relevância para o desenvolvimento cognitivo, motor, afetivo e social da criança, quanto maiores forem às oportunidades que a criança tiver de brincar mais natural será o seu desenvolvimento.

De acordo com Oliveira (2002), por intermédio das brincadeiras, ocorre o estímulo do desenvolvimento cognitivo da criança. É através do brincar, que a criança consegue uma experiência real, percebe-se assim um universo mágico, imaginário, criativo, estimulante para as habilidades, à curiosidade e em especial para a independência da criança. Ao elaborar suas hipóteses a criança organiza suas próprias ideias sobre o mundo que a rodeia, reproduzindo com isso o seu desenvolvimento psicológico e cognitivo em que se encontra.

Segundo Oliveira (2002) o ato de brincar não significa especialmente apenas diversão sem fundamento e razão, caracteriza-se como uma das maneiras mais complexas da criança comunicar-se consigo mesma e com o mundo, ou seja, o desenvolvimento acontece por intermédio de trocas experimentais mútuas de toda sua vida. Sendo assim, através da brincadeira, a criança consegue desenvolver conhecimentos relevantes, como, por exemplo, memória, imitação, atenção, imaginação, entre outros, que proporcionem à criança o desenvolvimento de determinadas áreas da personalidade, a saber: afetividade, motricidade, inteligência, sociabilidade e criatividade. Em sua teoria, Vygotsky apud Rego (2013), partiu do princípio de que o sujeito se estabelece nas relações com os outros, por intermédio de atividades essencialmente humanas, mediadas por ferramentas técnicas e semióticas. Neste sentido, a brincadeira da criança representa uma posição de privilégio para a análise do processo de construção do sujeito, quebrando as barreiras com o olhar tradicional de que está é uma atividade espontânea de satisfação de instintos infantis. O autor ainda fala da brincadeira como uma forma de expressão e adaptação do mundo das relações, das funções e das ações dos adultos.

Neste sentido, Kishimoto (2009) afirma que durante a brincadeira, a criança não se preocupa com os resultados que possa obter na brincadeira algo possível de ser observado no momento e após a brincadeira. O que a impulsiona a explorar e descobrir o mundo é o prazer e a motivação que surgem da necessidade de aprender através dos exemplos dos pais, amigos ou pessoas próximas, desde que seja está uma de seus atuais referenciais de comportamento de mundo.

Para Winnicott (1975), o local em que a experiência cultural se situa está no espaço potencial que existe entre o indivíduo e o meio ambiente (originalmente, o objeto). Dessa mesma maneira ocorre a brincadeira, pois para o autor a experiência criativa começa a partir do momento em que se pratica essa criatividade e isso aparece em primeira instância através da brincadeira. Contudo, para a autor é essencial que o adulto não interfira durante estes momentos, pois as descobertas que ocorrem levam ao amadurecimento, que será importantíssimo para o início de suas atividades cultural e social.

Paradoxalmente, Winnicott, afirma que, será necessária que o adulto esteja sempre disponível e atento a criança, pois a autonomia e a capacidade criadora são desenvolvidas em longo prazo, e para isso o adulto deverá estar presente sempre que solicitado, mas não de forma relativa nem invasiva.

Mesmo vivendo imersos em novas tecnologias e tendo dificuldades de encontrar um espaço para brincar, é necessário reconhecer que as brincadeiras em coletivo, que o corpo se faz presente em um grupo são consideradas de grande valor para o desenvolvimento da interação social da criança.

Com relação aos benefícios do brincar, podemos dizer que estão ligados ao desenvolvimento infantil. Tanto o brincar pelo brincar, quanto o brincar dirigido, toda brincadeira só faz bem à criança, é essencial para seu desenvolvimento em todos os sentidos. Mas é necessário divulgar entre os pais, responsáveis, profissionais da educação, a importância que a brincadeira traz para o desenvolvimento das crianças. Quando as crianças são estimuladas, seu desenvolvimento é imenso. Os Pais devem exercer um papel de grande importância na brincadeira dos seus filhos, pois podem estimular e desafiá-los para novas conquistas.

De acordo com Wajskop (2009), as diferentes abordagens pedagógicas baseadas no brincar bem como os estudos de psicologia infantil direcionados ao lúdico, permitiram a constituição da criança como um ser brincante, e a brincadeira deveriam ser utilizados como uma atividade essencial e significativa para a educação infantil.

Percebe-se então que o brincar para a criança não é uma questão apenas de pura diversão, mas também de educação, socialização, construção e pleno desenvolvimento de suas potencialidades. Portanto, o brincar deve ser valorizado, sendo visto como um meio na educação infantil para desenvolver a criatividade e o raciocínio crítico de maneira prazerosa pelas crianças.

O brincar é um direito da criança, e este é reconhecido em declarações, convenções e leis, como a convenção sobre os direitos da criança de 1998, adotada pela Assembleia das Nações Unidas, a Constituição

Brasileira de 1998 e o estatuto da criança e do adolescente de 1990. Todos estes documentos colocam o brincar como prioridade e direito.

De acordo com Carneiro (2008), existem vários tipos de brincadeiras e atividades lúdicas. A brincadeira livre é uma destas atividades, onde a criança tem liberdade de escolher o que quer realizar, sendo uma opção de testar hipóteses, possibilidades a criança descobri o mundo ao seu redor, solucionando problemas e experimentando seus limites e possibilidades. Há também brincadeiras em grupo, que são muito importantes, pois as crianças estabelecem contatos entre si e sentem-se parte do grupo. A brincadeira em grupo auxilia na socialização, a criança começa a aceitar críticas, dividir, respeitar regras e normas de convivência. Segundo Carneiro (2008), dentre as brincadeiras existentes podemos citar: queimada, corre cotia, estátua, amarelinha, batata quente, passa anel, vivo morto, telefone sem fio entre outras. São brincadeiras transmitidas de geração para geração ou aprendidas nos grupos infantis, na rua, nos parques, escolas etc. Que variam as regras dependendo de cultura ou de grupo, contudo o conteúdo do que é objetivo básico da brincadeira permanece. Existem vários tipos de brincadeiras, é de fundamental importância que as crianças brinquem na educação Infantil, devemos ressaltar, porém, que as formas de brincar devem existir de maneira equilibrada, dada a contribuição que cada uma delas exerce no desenvolvimento infantil.

Neste sentido a brincadeira deve ser considerada como parte integrante da educação Infantil, além de fonte de prazer, lazer, alegria, é simultaneamente fonte de conhecimento. A criança aprende brincando e brinca aprendendo.

Foi através da Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) que ocorreram diversos avanços em meio a Educação Infantil. Com a criação deste documento, a Educação Infantil passou por um imenso processo de revisão e transformou a concepções sobre educação de crianças em ambientes coletivos e de seleção que ofereciam fortalecimento das práticas e que serviam como base mediadora da aprendizagem e do desenvolvimento das crianças pequenas em geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da educação infantil no Brasil seguiu alguns exemplos de outros países do mundo, como a Europa. Porém o Brasil tem suas próprias características.

Em nosso país, as instituições infantis surgiram por causa do processo de industrialização e da inserção das mulheres no mercado de trabalho, aumentando neste sentido a grande demanda para a criação de instituições de atendimento a infantil.

Partindo deste contexto fica claro que as instituições não foram criadas para suprir as necessidades das crianças, mas foram criadas para atender uma necessidade do mercado que necessitava do trabalho feminino, e para isso era necessário criar um lugar para os filhos de essas mulheres ficarem em quanto trabalhavam. Embora existissem instituições destinadas à infância na Monarquia, somente após a chegada da república é que as instituições de Educação infantil cresceram em número razoável. Antes disso, o que se via mais constantemente eram as tentativas de proteger a infância, fossem por motivações políticas, econômicas ou religiosas, e, nesse caso, predominavam as ações caritativas relacionadas à criança desamparada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Nunes de. EDUCAÇÂO LÚDICA: técnicas e jogos pedagógicos São Paulo Loyola, 1995.ANTUNES, Celso. O Jogo e a Educação infantil.2º Ed. Petrópolis-RJ: Coleção de sala de aula, vol 15, vozes.2004.

ARANHA, Maria Lúcia Arruda. História da Educação e da Pedagogia. Geral e Brasil. São Paulo: Moderna, 2006.

ARIÉS, Philippe. História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro. LTC, 1978.

ARIÉS, Philippe. História social da criança e da família. 2. Ed. Rio de Janeiro: LTC,1981.

BRASIL. Constituição (1998). Constituição da República Federativa do Brasil, 1998. Brasília: Senado Federal, 1998.

FREIRE, Paulo. Caminhos para a educação.1999, São Paulo.